



## Índice

- 01** [Deputado cobrou postura do ministro Gilberto Carvalho](#)
- 02** [ARTIGO: 4 questões sobre a nova demarcação de terras indígenas](#)
- 03** [Governo vai considerar títulos de propriedade em áreas indígenas](#)
- 04** [Xavantes bloqueiam BR e pedem que polícia liberte índio que foi preso dirigindo bêbado](#)
- 05** [Produtores de MS debatem hoje em Brasília demarcação de terras indígenas](#)
- 06** [Índios Munduruku protestam durante audiência em Itaituba](#)
- 07** [Deputado chama governo de 'frouxo' na questão indígena](#)
- 08** [Carvalho: Governo cumpre lei sobre terras indígenas](#)



**Deputado cobrou postura do ministro Gilberto Carvalho**  
SÍTIO RD NEWS, 27.06.2013



Deputado Nilson Leitão pretende barrar novas demarcações

Nessa quarta (26), o deputado federal Nilson Leitão (PSDB) participou de audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara, onde o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (PT), foi convocado para prestar esclarecimentos sobre as demarcações de terras indígenas. Neste ano, já ocorreram vários conflitos devido às demarcações irresponsáveis e irregulares propostas pelo órgão responsável, a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Preocupado com o crescimento dos conflitos e com a falta de atitude do governo para sanar os problemas, Leitão já cobrou posicionamento do vice-presidente Michel Temer (PMDB), da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), e de demais autoridades envolvidas uma atuação que cesse os tumultos. "O governo não está preparado para enfrentar problemas e é possível acompanhar isso com as manifestações que tem acontecido. As demarcações de terras têm gerado mortes e até agora nada foi feito. São laudos fraudulentos, famílias sendo desalojadas, crianças fora das escolas e nenhuma providência até agora foi tomada", desabafa.

Segundo o ministro Carvalho, o governo tem tido atitudes sérias para enfrentar a situação e tem buscado com afinco soluções para as questões. "Sabemos que o governo tem seus defeitos, como todos os outros tem também. Mas não posso aceitar que a Funai seja desqualificada por um trabalho sério. Mas acredito que precisamos de prestar melhores condições de trabalho para os funcionários, pois só assim eles podem oferecer uma qualidade de vida digna para os indígenas", alegou.

Leitão fez questionamentos específicos para o ministro sobre o estado de Mato Grosso que não foram respondidos durante a audiência. "É um descaso com o nosso estado", lamenta o deputado. (Com assessoria)

Por Jacques Gosch

**ARTIGO: 4 questões sobre a nova demarcação de terras indígenas**

SÍTIO EXAME, 26.06.2013

*Novo modelo tiraria exclusividade da Funai na demarcação de terras; grupos indígenas protestaram contra as medidas e dois índios morreram*



Índios Iauanauás: desde o início de junho, comunidades indígenas fizeram protestos por todo o país e dois índios acabaram mortos no Mato Grosso do Sul.

e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também devem participar da decisão. Para isso, será criada uma assessoria no Ministério da Justiça que também deverá acompanhar os conflitos indígenas.

São Paulo – As novas regras de demarcação de terras indígenas devem sair no próximo mês. É o que afirmou Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, nesta quarta-feira (26) em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara. Segundo ele, o governo deve publicar uma portaria complementar ao Decreto 1775, que regulamenta as normas de demarcação de terras indígenas. A ideia é que o processo de delimitação das áreas reservadas para índios deixe de contar apenas com a participação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Além do órgão, devem ser consultados os ministérios do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; das Cidades; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Órgãos subsidiários, como a Embrapa (Empresa Br. de Pesquisa Agropecuária)

A resposta das comunidades indígenas, contudo, não foi positiva. Nas últimas semanas, grupos fizeram protestos por todo o país e dois índios acabaram mortos no Mato Grosso do Sul. Produtores rurais, que lutam pela suspensão da demarcação em diversas áreas do Brasil, também fizeram manifestações. A Casa Civil, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que o objetivo do novo modelo é dar mais segurança jurídica ao processo. Segundo nota emitida pelo órgão, “o que o governo busca hoje é um diálogo amplo entre as partes envolvidas, para que a solução se dê pelo diálogo e não pela pressão ou violência”.

**1 O enfraquecimento da Funai**

A Casa Civil também já declarou que “ao contrário do que vem sendo dito”, não há intenção de esvaziar a Funai, que deve continuar sendo importante no novo modelo. Mesmo assim, a retirada da exclusividade no processo de demarcação tem alimentado a sensação de que o órgão será enfraquecido.

CONT.



Em meio aos conflitos, a antropóloga Marta Azevedo deixou o cargo de presidente da Funai na primeira semana de junho. Apesar dela alegar problemas de saúde, sua saída já era dada como certa pela imprensa desde o início das especulações sobre as novas medidas.

Corre na Câmara dos Deputados um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - protocolado pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - para investigar possíveis irregularidades na atuação do órgão.

Cleber Buzzato, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pondera que a Funai tem deficiências, como o déficit de orçamento e de pessoal. No entanto, para ele, a solução do problema está no fortalecimento do órgão, e não no contrário. "É necessário que a Funai receba por parte do governo os investimentos necessários para que ela atue de forma mais ágil, dando conta de suas responsabilidades", afirmou.

Procurada pela reportagem, a Funai, através de sua assessoria de imprensa, se limitou a dizer que ainda não foi informada de nenhuma mudança.

## 2 Lentidão no processo e aumento dos conflitos indígenas

Para Buzzato, do Cimi, o novo modelo do governo pode fazer com que o processo de demarcações se torne ainda mais demorado. "Essa proposta trará mais dificuldades para que o Estado cumpra o seu papel, que é efetivar os direitos dos povos indígenas. Isso só trará o agravamento dos conflitos, e não a solução deles", afirma.

Neli de Mello-Théry, ex-diretora de pesquisas do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), concorda que a retirada do monopólio da Funai não acelerará o processo de demarcação de terras. "A Funai é lenta, mas porque os procedimentos necessários para demarcação também são lentos", afirma.

Neli explica que depois de identificar a área que será demarcada de acordo com laudos antropológicos, é preciso dar um prazo para que todos possam contestar a demarcação. Caso alguém o faça, todo o laudo precisa ser refeito. "Cada etapa que você avança, alguém pode questionar e fazer tudo voltar ao começo", fala a geógrafa. O secretário-executivo do Cimi estima que, hoje, o processo já demore mais de uma década para ser finalizado.

Para Spensy Pimentel, antropólogo e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios da USP, o Ministério da Justiça precisa agir para mediar conflitos, e não acirrá-los. "É preciso formar uma mesa de negociações. Os indígenas de áreas como o Mato Grosso do Sul estão muito esclarecidos sobre seus direitos e já deram muitas mostras de que não vão aceitar calados qualquer imposição de cima para baixo", afirma.

## 3 A participação da Embrapa

Em maio deste ano, pareceres da Embrapa foram responsáveis pela suspensão dos processos de demarcação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Estudos do órgão atestaram que a presença dos índios guaranis nas terras solicitadas por eles é recente ou inexistente, contestando estudos antropológicos da Funai.

CONT.



Em nota oficial, a Embrapa afirmou que “não tem a atribuição de opinar sobre aspectos antropológicos ou étnicos envolvendo a identificação, declaração ou demarcação de terras indígenas no Brasil”.

O órgão também explica que sempre realizou estudos sobre o uso da ocupação de terras no país e que, para isso, trabalha com informações dos órgãos governamentais, além de recorrer às imagens de satélites, bancos de dados geoespaciais e trabalhos de campo.

Para o secretário executivo do Cimi, a Embrapa não tem competência para atuar nas questões indígenas. “Mais de 96% do orçamento desse órgão é para pesquisas agrícolas em produção de larga escala. Qualquer participação dele beneficia o latifúndio e o agronegócio, e vai contra os interesses indígenas”, afirma Buzatto.

Segundo ele, os últimos pareceres da Embrapa sobre o assunto já demonstram a “tamanho ignorância dessa empresa em relação à questão indígena”.

#### 4 Sustentabilidade das terras indígenas

Para o indigenista Fernando Schiavini, a prioridade do governo deve ser dar sustentabilidade às terras indígenas. “Não adianta só demarcar, tem também que recuperar essas áreas”, afirma. “Com as terras devastadas pelo agronegócio, não dá para as comunidades continuarem produzindo alimentos e se reproduzindo culturalmente”.

Para ajudar nessa questão, a Embrapa e a Funai têm desde 1997 um Convênio de Cooperação Geral que delinea as diretrizes básicas para trabalhos de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para a promoção da segurança alimentar indígena.

Entre as demandas está o mapeamento das terras indígenas para gerar diagnósticos etnoambientais e possibilitar a gestão dos territórios. Além disso, há o resgate de sementes tradicionais, a identificação do potencial econômico de produtos indígenas e a capacitação de técnicos indígenas em práticas de manejo e conservação dos recursos naturais.

#### Portaria 303 e PEC 215

Paralelamente aos recentes anúncios do governo, outras duas situações podem alterar o processo de demarcações.

A portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) quer estender a todas as terras indígenas brasileiras as condições de demarcação definidas pelo julgamento dos recursos do caso Raposa Serra do Sol, em 2009. Se aprovada, as 19 restrições definidas para o caso podem valer para outras áreas. Com isso, por exemplo, seria proibida a ampliação de terras já demarcadas e a venda ou arrendamento desses territórios. Além disso, rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares poderiam ser construídas dentro das terras indígenas demarcadas.

Para o Cimi, as medidas devem ser esclarecidas pelo STF. Ele afirma que por se tratar de um caso específico, elas não devem ser estendidas às outras demarcações.

CONT.



Além disso, corre no Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere ao Legislativo o poder de oficializar as terras indígenas. O projeto, além de submeter a demarcação ao Congresso, torna possível a revisão de demarcações de terras indígenas já homologadas.

“Jogar a decisão final sobre as demarcações num balcão de negócios, como é hoje o Congresso - ainda mais que não há indígenas por lá -, seria rifar os direitos indígenas”, afirmou Pimentel.

Em abril, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Especial para discutir a PEC 215. O ato foi repudiado pelas lideranças indígenas, que chegaram a invadir o Plenário da Câmara para protestar.

“A PEC 215 é um instrumento mais agressivo no ataque aos direitos indígenas. É evidente que ela interessa ao setor latifundiário. Os povos indígenas estão se movimentando contra ela, na expectativa de que não seja aprovada, para que a bancada ruralista não tenha em suas mãos o poder de não demarcar mais terras”, explica Buzatto.



---

**Governo vai considerar títulos de propriedade em áreas indígenas**

SÍTIO PORTAL EBC, 26.06.2013

O secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, garantiu hoje (26), em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que o governo vai considerar os títulos de propriedade de terra em áreas indígenas emitidos pelos governos federal e estaduais, desde que não haja contestação judicial à legalidade dos documentos. O ministro foi convocado há duas semanas para falar sobre conflitos indígenas no país.

“Sabemos que, neste país, há títulos e títulos, e vamos levar isso em conta”, disse Carvalho em resposta a perguntas de deputados da bancada ruralista sobre o pagamento de indenizações em virtude de desapropriações.

Em sessão tumultuada e com muita discussão entre deputados ruralistas e defensores dos direitos dos índios, Carvalho defendeu o diálogo como saída para superar os constantes conflitos entre índios e produtores rurais. Em quase cinco horas de debate, o ministro ouviu críticas pela forma como governo federal tem tratado o impasse entre indígenas e agricultores.

“Não vou responder a provocações. Quero tratar em nível alto. Somos homens públicos, pagos com dinheiro público e não podemos ficar trocando impropérios. O princípio que observamos é que a paz se constrói com a Justiça, com o respeito ao direito de todos aqueles que são detentores de direito. Não vamos fazer a paz pisando em cima de direito de um ou de outro”, respondeu Carvalho.

Para o líder da minoria na Câmara e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Nilson Leitão (PSDB-MT), o ministro foi evasivo e não respondeu às perguntas que lhe foram feitas. “O ministro veio, não respondeu nada, quis fazer poesia com todas as acusações. Ele tinha que responder, não respondeu.” Leitão ressaltou que, apesar de garantir que os proprietários que tiverem que deixar suas terras serão indenizados, o governo não assegurou o pagamento de indenizações para os que já tiveram que sair de suas propriedades.

“Como ficam as famílias que estão fora de suas áreas, que foram despejadas, mesmo tendo títulos emitidos pelos governos? São famílias que estão na beira da estrada. Ele [Carvalho] veio aqui apenas contar da sua vida, não respondeu a nada, como sempre, e enganou a todo mundo”, disse Leitão.

Na audiência, Carvalho defendeu também o respeito ao direito de propriedade e cobrou a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as condicionantes do julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo ele, isso contribuirá para a solução de uma série de problemas relacionados à demarcação de terras no país.

O secretário-geral da Presidência defendeu ainda o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), que também foi muito criticada pela bancada ruralista. “Não posso aceitar que a Funai seja desqualificada. O que falta é o fortalecimento da Funai e dar a ela condições para que tenha capacidade de dar assistência aos índios.”

Ministro diz que Governo pode indenizar proprietários em conflitos com índios

Agência Câmara de Notícias

CONT.



O secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, admitiu nesta quarta-feira que o governo estuda indenizar os proprietários de terra que tiverem títulos devidamente reconhecidos pela Justiça. A afirmação foi feita ao final de mais de quatro horas de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural onde ele foi explicar os critérios para demarcação de áreas indígenas.

Ele ressaltou que o governo vai insistir nas mesas de negociação envolvendo o Conselho Nacional de Justiça, governos estaduais e representantes das entidades rurais e indigenistas, como já vêm ocorrendo no Mato Grosso do Sul, desde que tiveram início os conflitos entre proprietários e indígenas no estado.

Comissão critica Funai em audiência com Carvalho

Estadão

No pronunciamento final da audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, o ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que não iria responder às provocações dos deputados e mostrou indignação com um cartaz de um manifestante de que teria oferecido R\$ 12 milhões para que produtores de Mato Grosso do Sul não questionassem as demarcações indígenas. Carvalho convocou o manifestante a assinar o cartaz, argumentando que iria contestar na Justiça.

Leia a notícia na íntegra no site do Estadão

Demarcações: Gilberto Carvalho deixa audiência sem oferecer respostas

Assessoria de Imprensa Dep. Alceu Moreira

O ministro da Secretaria-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, recebeu duras críticas sobre a atuação do governo nas demarcações de terras, durante a audiência convocada pela Comissão de Agricultura, nesta quarta-feira, 26.

Após cinco horas de questionamentos, o ministro respondeu em poucos minutos, sugerindo que os pequenos produtores atingidos procurem a Justiça para buscar um ressarcimento por parte do governo.

A falta de respostas causou revolta dos mais de 20 deputados presentes e dos cerca de 400 produtores de vários estados, que se dividiram entre o plenário da comissão e o auditório Nereu Ramos, onde foi instalado um telão para transmitir a reunião.

"Onde há justiça tem espaço para todos. Queremos um contrato social que não seja o de um estado ladrão, que tira dos pequenos com escritura pública de mais de cem anos", criticou o deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), autor da CPI da Funai.

De acordo com o deputado, laudos fraudulentos contratados e interesses externos estão transformando brasileiros em cobaias ideológicas. "O governo paga a fraude e o povo paga a defesa", fechou Alceu Moreira.

Fonte: Ivan Richard - Agência Brasil

**Xavantes bloqueiam BR e pedem que polícia liberte índio que foi preso dirigindo bêbado**

SÍTIO OLHAR DIRETO, 26.06.2013



Xavantes bloqueiam BR e pedem que polícia liberte índio que foi preso dirigindo bêbado

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) tenta conter uma manifestação de aproximadamente 100 integrantes da etnia xavante que bloquearam na manhã desta quarta-feira (26) a BR-158, na altura do município de Nova Xavantina, localizado a 645 quilômetros de Cuiabá.

Esta é a segunda vez que os índios xavantes bloqueiam a BR no intuito de sensibilizar as autoridades para a situação enfrentada por um índio de 30 anos, preso após ser flagrado dirigindo alcoolizado e sem carteira de habilitação um veículo com chassi adulterado.

O xavante foi levado para a Delegacia de Polícia Civil no sábado (22). A Justiça decretar a prisão preventiva ele foi encaminhado para a cadeia pública de Água Boa.

O grupo de manifestantes reivindica que o índio responda ao processo em liberdade.

A PRF informou que no dia em que ocorreu a detenção do xavante ele se apresentou com dois nomes – um na língua xavante e outro em português.

Fonte: Da Redação - Rodrigo Maciel Meloni



---

**Produtores de MS debatem hoje em Brasília demarcação de terras indígenas**  
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 26.06.2013

Cerca de cem produtores de Mato Grosso do Sul participam, na manhã desta quarta-feira (26), de uma audiência pública com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Gilberto Carvalho, para discutir a atual situação de demarcação de terras indígenas no país. A audiência será realizada às 10h, no anexo III da Câmara dos Deputados, em Brasília/DF.

Carvalho foi convocado pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, através de um pedido da Frente Parlamentar da Agropecuária, para prestar esclarecimentos sobre o processo de demarcação. Carvalho tem sido interlocutor do Executivo nas negociações com as lideranças indígenas.

Além dos cem produtores sul-mato-grossenses, estão previstas delegações de mais sete estados atingidos pela insegurança jurídica provocada pelas invasões indígenas: Mato Grosso, Paraná, Maranhão, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais. A estimativa é que mais de 400 produtores compareçam para ouvir as explicações do ministro.

De acordo com o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema Famasul), Cristiano Bortolotto, os produtores levarão para a audiência uma série de reivindicações, como a revalidação da Portaria 303, da AGU, com 19 condicionantes da Raposa Serra do Sol; a CPI da Fundação Nacional do Índio (Funai); a aprovação da PEC 215 - que transfere ao Legislativo a competência pelas demarcações; a suspensão imediata das demarcações e também a revisão de todos os laudos demarcatórios já realizados.

"Além disso, queremos que seja adotado um critério de demarcação transparente e participativo entre produtores e entes federados", afirma Bortolotto. A perspectiva do presidente da Comissão é de que o ministro, ligado diretamente à presidente da República, Dilma Rousseff, apresente o que o Governo tem feito e o que fará para resolver a situação do setor rural.

Por: Folha de Dourados



**Índios Munduruku protestam durante audiência em Itaituba**  
SÍTIO NO TAPAJÓS (PORTAL AFILIADO GLOBO.COM), 26.06.2013

Itaituba - Índios Munduruku protestaram na terça-feira (25) em Itaituba, no sudoeste do estado. Foi durante uma audiência da justiça em que foram ouvidos cinco homens suspeitos de matar um índio da etnia. O indígena foi vítima de latrocínio, roubo seguido de morte.

Um pequeno grupo de indígenas chegou em frente ao Fórum. Eles queriam entrar para acompanhar a audiência de instrução dos cinco suspeitos de matar o índio Lelo Munduruku, em junho de 2012.

Uma barreira da Polícia Militar e do grupo tático operacional foi montada para garantir que a audiência ocorresse sem interferência. A morte do indígena foi motivo de revolta dos Munduruku. Em represália, eles atearam fogo ao destacamento da Polícia Militar, atacaram policiais e confiscaram armas e munições.

Na época, mais de mil indígenas ocuparam Jacareacanga e só voltaram para as Aldeias depois que uma comitiva do governo estadual e tropas de operações especiais da Polícia Militar chegaram a cidade. Das reivindicações que eram feitas pelos Munduruku, duas delas já foram cumpridas.

Uma unidade integrada das polícias civil e militar foi construída em Jacareacanga. Os delegados revezam o atendimento na cidade. O efetivo da Polícia Militar aumentou. Os índios cobram o julgamento rigoroso dos suspeitos.

Fonte: G1 PA



---

**Deputado chama governo de 'frouxo' na questão indígena**

SÍTIO DIÁRIO WEB, 26.06.2013

Já dura quase três horas a reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Convocado para falar de demarcações de terras indígenas pelo governo federal, o ministro iniciou sua fala dizendo que a paz no campo "se constrói com justiça". Até agora, no entanto, Carvalho ouviu da maioria dos parlamentares que o governo é omissos na questão da demarcação de terras indígenas e responsável pelo acirramento dos conflitos.

Com um plenário ocupado por produtores, Carvalho ouviu discursos inflamados de que o governo Dilma promove a injustiça no campo, que a Fundação Nacional do Índio (Funai) produz laudos antropológicos fraudulentos, que os índios não são empreendedores e que o processo de demarcação de terras precisa ser revisto. "É um governo frouxo, literalmente frouxo", disse um deputado.

Os parlamentares reclamaram da inércia do Ministério da Justiça e chegaram a ameaçar convocar a presidente Dilma Rousseff caso não haja mudança de postura do governo na questão. Carvalho ouviu os discursos e as manifestações da plateia, anota, bate a caneta na mesa e poucas vezes recebe declarações de apoio dos deputados.

Fonte: Agência Estado



**Boletim de Notícias** - Edição nº 111 / 2013

Brasília, 27 de junho de 2013.

---

**Carvalho: Governo cumpre lei sobre terras indígenas**

SÍTIO TRIBUNA SITE, 26.06.2013

O ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, afirmou que o governo, ao levar adiante os processos de delimitação e demarcação de terras indígenas, está cumprindo a lei. Ele negou que o governo se associe a interesses estrangeiros e afirmou que, no caso dos recursos doados pelo governo da Noruega para o Fundo Amazônia, a administração é feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). "Nosso papel é construir a paz baseada na justiça e no respeito ao direito de todos", disse ele.